



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140923 - BA (2021/0002897-2)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : CARLOS MATEUS SILVA SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : ANDRÉ LUIZ DA CRUZ SILVA - BA042911  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
**CORRÉU** : MARCOS VINICIUS SANTOS RIBEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CARLOS MATEUS SILVA SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 027313-81.2020.8.05.0000).

O recorrente foi preso em flagrante delito no dia 1/5/2020, pela suposta prática do crime previsto nos arts. 33 e 35, caput, da Lei n. 11.343/06, cuja prisão foi posteriormente convertida em preventiva.

Sustenta a defesa que o acórdão ora combatido carece de fundamentação idônea justificar a necessidade de manutenção da prisão cautelar, tendo adotado premissa equivocada, ao fazer referência ao fato de que o paciente responde a outra ação penal.

Diz que que não estão presentes os requisitos autorizadores da medida extrema, inexistindo o risco de reiteração da prática delitiva, tampouco indícios de que tenha o recorrente intenção de evadir-se do distrito da culpa ou de perturbar o trâmite do processo.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em seu favor. Pugna, no mérito, pelo provimento do recurso, com a confirmação em definitivo da medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente